

A lição das emendas populares

Sandra Cavalcanti

AVC

P 11

De início, a idéia assustou. Até eu, confesso, imaginei que elas seriam um modo de esvaziar os nossos mandatos. Afinal de contas, o eleitor depositara seu voto na urna com a definida intenção de nos delegar o poder de elaborar uma Constituição. Se somos seus representantes legítimos, por que recorrer a emendas populares?

Depois, pensando bem, acabei achando a idéia ótima!

As eleições de 86 ficaram muito tumultuadas, em termos de Constituinte. Ao mesmo tempo, eram escolhidos os governadores e a luta pelo poder ofuscou o debate sobre as doutrinas e os temas.

O resultado é que, nos palânques e nos meios de comunicação, pouco se falou sobre tributos, federação, sistema de governo, poder judiciário, polícias, aposentados, educação, saúde, direitos humanos e dos trabalhadores.

Sentada a poeira das eleições regulares, instalada a Constituinte, emergiram as lutas em torno de idéias, com correntes, geralmente fanáticas e sectárias, fixadas em torno de ideologias.

Aliás, é preciso que se faça sempre esta distinção. Uma coisa é debater idéias, de forma aberta e democrática. Outra é lutar por ideologias, sempre de forma intolerante e antidemocrática.

Nas primeiras escaramuças, travadas ainda nas subcomissões, a supremacia das ideologias ficou clara. Numa manobra típica de assalto ao poder, as minorias radicais de esquerda conseguiram abocanhar a maioria dos cargos de relatores. E deu-se um fato curioso: sempre que o relator era um constituinte democrático, aberto, os relatórios conseguiram exprimir a *média das posições* e atingiram um certo consenso.

Sempre que os relatores eram intransigentes, prepotentes e ideológicos, seus relatórios foram rejeitados.

É bem verdade que, em alguns casos, ocorreu o inverso. Houve grupos, ideológicos, radicais de direita, que rejeitaram os relatórios pelo mesmo procedimento: intolerância e incapacidade de diálogo.

Por tudo isso, o primeiro esboço da Constituição — injustamente atribuído ao relator Bernardo Cabral — se apresentou como um repositório de calamidades.

Mesmo após a fase das emendas, o segundo esboço continuou a exibir estas mesmas características.

Felizmente, ao começar o trabalho silencioso e fecundo do diálogo e da compreensão, na fase da Comissão de Sistematização, as emendas populares começaram a chegar.

E aí, para surpresa de todos, elas trouxeram em seu bojo a grande lição que estava faltando!

Pelas arruaças, pelas grosserias nas galerias, pelos espaços na imprensa, principalmente na TV, parecia que o país inteiro estava apoiando, com entusiasmo, a liberação do aborto, a exclusividade das verbas públicas para escolas públicas, a abolição total de qualquer tipo de censura, o fim do ensino religioso, as eleições

diretas já, a multiplicação dos divórcios, a legalização do homossexualismo, o fechamento do Senai e do Senac, o fechamento das escolas particulares confessionais, filantrópicas e comunitárias etc.

Qual não foi a surpresa! As emendas populares foram chegando, foram chegando e, de mansinho, elas desenharam o perfil das *preferências reais do povo!*

Nos meios católicos, por exemplo, ficou clara a fragorosa derrota da teologia da libertação, com todos os seus desvios. O povão católico apoiou a *defesa da vida*, com mais de meio milhão de assinaturas, deixando o pessoal da *liberação do aborto* pendurado no pincel. As ilustres líderes feministas que pretendiam esse absurdo mal conseguiram o número regimental de assinaturas para a sua proposta! Quanto à educação, *essa foi a maior preocupação do povo brasileiro*. Se somarmos todas as assinaturas em propostas na área da educação, elas representam mais de 50% da manifestação popular! Liberdade de ensino, ensino religioso, escolas para excepcionais, escolas comunitárias, verbas para educação, permanência do Senai e do Senac... Uma beleza!

Quanto aos direitos da mulher, a fisionomia que o povo desenhou é bem diferente daquela que vinha sendo trabalhada. A mulher quer aposentadoria como dona-de-casa, quer atenção especial na área de saúde, não quer ingerência do Estado nos seus programas familiares e quer mecanismos de defesa contra as violências.

Também surpreendeu o episódio na área da censura. Enquanto um grupo de artistas de São Paulo não conseguiu as 30 mil assinaturas para uma emenda de "liberação geral" (pior do que já está por aí!), o povão subscreveu a emenda que garante, ao Poder Público, o direito de censurar, em rádios e TV, programas e publicidade que se utilizem de temas que agredem a moral e os costumes, as religiões, as raças e incitem aos vícios.

Como se vê, o povão não fez por menos! Quer a censura, tal como existe nos países civilizados censura que não incide sobre política e idéias, mas que defende a moralidade pública.

Outra surpresa foi a chamada emenda "austríaca". Ela revelou, de repente, a verdadeira face de certas propostas *soi-disant* destinadas a proteger os índios... Infelizmente, apoiada pela CNBB e pelo CIMI, essa emenda (que veio do exterior, pasmem!) e que não foi recebida pelo senador Afonso Arinos, conseguiu se infiltrar no bojo de outra e vai ser examinada.

Enfim, muito ricas e muito sábias as emendas que versam sobre os direitos do trabalhador, sobre a ecologia, sobre o desarmamento nuclear, sobre a melhoria do ensino e da pesquisa e sobre o acesso à terra. Elas correspondem, de fato, a um sentimento nacional.

Foi uma lição espetacular. E foi, principalmente, um processo democrático. Inédito, até hoje, na elaboração de textos constitucionais. Valeu!

Sandra Cavalcanti é deputada federal pelo PFL/RJ